

BOLETIM DE CONJUNTURA

DIIESE DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE
ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

Número 45 – Maio de 2025

APRESENTAÇÃO

Esta edição de Conjuntura para os Sócios volta a ser publicada mensalmente, acompanhando os acontecimentos no Brasil e no mundo. Primeiramente, a publicação trata da dinâmica da economia internacional, de forma panorâmica, examinando as recentes políticas protecionistas dos Estados Unidos (EUA), sob o governo de Donald Trump, a escalada das tensões comerciais globais e as repercussões diretas na economia brasileira. Esse é um tema difícil de acompanhar, não só pela abrangência, mas pela política errática do governo Trump, que, desde o anúncio do “tarifaço” em 02 de abril, já alterou a política várias vezes, levando a turbulências nos diferentes países, em todo o mundo.

Em seguida, o Boletim aborda inflação e custo de vida, com a análise da pressão inflacionária, que apresenta sempre características multicausais. O nível inflacionário vem se mantendo acima da rigorosa meta de 3%, estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional, com ênfase no preço dos alimentos, o que torna o problema ainda mais complexo. Como será visto, a resposta principal das autoridades tem sido a elevação da taxa básica de juros, o que, além de travar o crescimento, compromete dramaticamente a situação fiscal do país.

Depois, o texto analisa as tendências do mercado de trabalho, tratando dos avanços e desafios recentes, com ênfase na participação da força de trabalho, emprego e renda. Como é sabido, apesar da melhoria recente dos indicadores do mercado de trabalho no Brasil,



Imagem: wirestock | Freepik

persistem problemas históricos e estruturais que limitam as condições de vida da classe trabalhadora. Os salários são baixos, a renda permanece muito concentrada e a informalidade é imensa.

Na sequência, são abordadas as negociações coletivas e greves, com o olhar nas negociações coletivas de abril, que sinalizam piora no quadro dos reajustes salariais, expressa na queda do percentual das categorias que conquistaram ganhos acima da variação do INPC. Nesse tópico, é examinado também o comportamento das greves.

Por fim, traz a Agenda dos Trabalhadores, destacando a divulgação da Pauta da Classe Trabalhadora para 2025, construída na Plenária Nacional em Brasília em 29 de abril de 2025, que estabelece as diretrizes para as negociações e mobilizações dos trabalhadores no próximo período.

O tarifaço de Trump e os impactos no Brasil¹

Trump iniciou o segundo mandato colocando em prática o que vinha anunciando desde a campanha eleitoral: conter a perda de espaço econômico e tecnológico dos EUA, por meio de forte elevação de tarifas de importação, visando a proteção da indústria local. Paralelamente, procurou redefinir a geopolítica global, intensificando a guerra comercial com a China, elevando o conflito a novo patamar. Essas ações visam reforçar a influência dos EUA, (inclusive na América Latina e assegurar a posição do dólar como a principal moeda nas relações comerciais internacionais).

É precisamente o chamado “tarifaço” que tende a repercutir sobre a economia mundial de forma mais imediata, pois Trump estabeleceu o aumento de impostos de importação para mais de 180 países. O cálculo da tarifa foi feito com base no montante do déficit ou superávit comercial entre os EUA e os países com quem mantém relações comerciais, dividido por dois. Considerou-se, ainda, um piso de 10%, ou seja, mesmo que os EUA tenham superávit com o país, a tarifa mínima foi fixada em 10%.

Como a balança comercial estadunidense é deficitária principalmente com a China, as maiores tarifas foram sobre esse país. A tarifa média para o Brasil, por sua vez, permaneceu em 10%. Após o anúncio, os EUA voltaram atrás e deram prazo de 90 dias

¹ Para aprofundamento da análise, ouça o podcast: <https://ufmg.br/comunicacao/assessoria-de-imprensa/release/economia-mundial-tera-perdas-de-us-128-bilhoes-com-elevacao-de-tarifas-pelos-eua-mostra-estudo-da-ufmg>, com a participação da economista do Dieese, Renata Filgueiras

para os países se adaptarem, com exceção da China. A China, por sua vez, retaliou a medida, e, por consequência, houve uma escalada de tarifas mútuas entre os dois países, comprometendo o fluxo comercial existente até então. Posteriormente, em meados de maio, EUA e China negociaram reduções mútuas de tarifas e prazo de 90 dias para novas negociações.

A estratégia de Trump não está descolada de outros ataques já desferidos pelos EUA ao sistema comercial internacional. Em 2012, por exemplo, durante o governo do democrata Barack Obama, os EUA bloquearam as nomeações de novos juízes para o Supremo Tribunal de Comércio, da Organização Mundial do Comércio. A justificativa era de que a China estaria sendo beneficiada pelo órgão e que haveria ameaças à soberania dos EUA, já que, segundo a Constituição dos EUA, um tribunal estrangeiro não poderia sobrepor-se a um tribunal dos EUA.

Agora, as ameaças à hegemonia dos EUA recrudesceram: no campo militar, com a iminente derrota da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan), dominada pelos EUA, na guerra na Ucrânia; no campo tecnológico, com a emergência da potência chinesa; e no campo monetário, com o avanço da discussão sobre desdolarização. Por isso, Trump iniciou o mandato reorientando a estratégia de inserção externa dos EUA em relação ao sistema multilateral de comércio. Esse sistema foi desenvolvido sob a liderança dos EUA após a Segunda Guerra Mundial, com a criação do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (Gatt), que impulsionou a liberalização comercial e preparou o terreno para o surgimento da Organização Mundial do Comércio (OMC).

Esse modelo, baseado na redução de tarifas e na expansão da liberalização comercial, favoreceu os EUA por quase 70 anos, mas perdeu força com a ascensão do Leste Asiático. A recente saída dos EUA da OMC e o anúncio do pacote de tarifas ocorrem sob a justificativa de enterrar o “sistema geral de preferências” da OMC, que apregoava que os países pobres e da periferia capitalista teriam as importações taxadas com alíquotas entre 5% e 8%, mas exportariam às economias centrais matérias-primas com alíquotas muitos maiores. Por isso, Trump não apenas falou em “liberdade”, mas trouxe no discurso a expressão “reciprocidade”, defendendo a correção desse mecanismo criado para favorecer os países subdesenvolvidos. Isso explica as tarifas de 50% para alguns países africanos, com quase nula contribuição na pauta comercial dos EUA.

A política trumpista tem como finalidade a internalização da produção industrial, que vem declinando nas últimas décadas, diante da acelerada ascensão chinesa. Após séculos defendendo a liberalização dos mercados estrangeiros para os produtos e capitais americanos, o governo dos EUA alterou o discurso ao perceber o enfraquecimento da indústria nacional. As medidas protecionistas podem ser uma estratégia relevante para a industrialização, como ocorreu no Brasil e em outros países que fortaleceram a base produtiva com proteção à indústria local.

A industrialização tardia nos EUA, a partir da segunda metade do século XIX, foi levada à frente através de políticas protecionistas e participação ativa do Estado. O Vale do Silício - que é exemplo ilustrativo do poder de inovação estadunidense - só foi possível graças à proteção e incentivo governamental. No entanto, atualmente, a economia estadunidense vive outra realidade: o setor industrial ainda é bastante consolidado, mas depende fortemente da importação de componentes, principalmente da China. As consequências do “tarifaço” nesse cenário tendem a ser desastrosas, com perspectivas de recessão nos EUA e em outras partes do mundo.

O impacto para os EUA, no curto prazo, deve ser o aumento da inflação, devido ao encarecimento das importações decorrente do “tarifaço”, e a desvalorização do dólar, o que também encarece importações, embora possa favorecer exportações. Como resposta, o FED (equivalente ao Banco Central do Brasil) poderá aumentar a taxa de juros interna, levando o país à redução do crescimento ou até à recessão. Do ponto de vista produtivo, é possível que as incertezas globais freiem o deslocamento da grande indústria para os EUA, dadas as reviravoltas e incertezas dos investidores, decorrentes da intempestividade de Trump.

Além do “tarifaço”, o governo Trump também tem adotado medidas unilaterais em relação à expulsão de imigrantes, - que inclusive podem ir na contramão da expectativa de reindustrialização, considerando a necessidade de força de trabalho -, pressão militar para controle de áreas soberanas de outros países (Canal do Panamá, Groenlândia), saída da Organização Mundial da Saúde. Essas ações tendem a enfraquecer a diplomacia dos EUA e desencadear um movimento coletivo de represálias, seja pelo aumento das tarifas por outros países, ou pelo fortalecimento de acordos comerciais à revelia dos EUA e com a possível - e crescente - substituição do dólar como moeda de referência das trocas comerciais.

É fundamental refletir, neste momento, sobre as consequências para o Brasil e as oportunidades que emergem do novo cenário internacional. Embora algumas estimativas sugiram possíveis perdas para os setores industrial e de serviços devido às medidas de Trump, momentos de ruptura histórica podem representar uma “janela de oportunidade” para o Brasil e a periferia capitalista. No entanto, será necessário ter audácia para aproveitar este período de desafios externos e promover políticas que fortaleçam o Sul Global, suas instituições de cooperação e os acordos regionais. Importante notar que a China já começou a reagir, consolidando a posição de liderança na Ásia.

A tarefa de resistência do Brasil, como maior economia latino-americana – ainda que dependente e subdesenvolvida –, certamente exigirá ir muito além do que até aqui se construiu como sistema econômico nacional. As reações iniciais do governo brasileiro foram tímidas, justificando que o Brasil já era deficitário nas relações comerciais com os EUA e que, por isso, não haveria sentido o governo Trump aumentar as tarifas de importações de produtos brasileiros aos EUA.

Há que se ter muito cuidado também para que o Brasil não se torne o defensor ingênuo do livre comércio e da globalização, que sempre favoreceram as economias mais desenvolvidas. Concentrar-se estritamente nas tarifas desvia a atenção da tarefa mais urgente de construir uma ação global pela redistribuição de renda, melhoria da segurança no emprego, programas sociais e investimentos na transição verde. Internamente, é de grande importância a mobilização pela aprovação da proposta de isenção de Imposto de Renda para as remunerações até R\$ 5 mil, com a contrapartida da elevação da taxa sobre os super-ricos, assim como a aceleração da implantação das medidas que compõem o programa “Nova Indústria Brasil”, estratégia do governo federal para reindustrializar o país com base na transição verde, que pouco avançou desde que foi anunciada.

Inflação e custo de vida

Os alimentos seguiram pressionando a inflação em abril. A Pesquisa Nacional da Cesta Básica, realizada mensalmente pelo DIEESE, mostrou alta do custo básico dos alimentos em 15 das 17 capitais pesquisadas. Em São Paulo, a cesta de alimentos para o consumo de uma pessoa adulta ultrapassou os R\$ 900,00. Os principais responsáveis foram os produtos in natura, como a batata e o tomate, por redução de oferta, e o café em pó, que segue sofrendo especulações nas bolsas de valores do mundo, diante da possibilidade de uma

safrinha menor no Brasil e em outros países produtores. Além disso, a menor oferta de trigo elevou os preços do pão francês. No entanto, foi verificada queda do preço do arroz, em todas as cidades pesquisadas, e do óleo de soja, em 14 capitais.

A inflação oficial mensal, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Ampliado (IPCA-IBGE) de abril, mostrou desaceleração em relação ao resultado de março. A taxa geral foi de 0,43% (contra 0,56% em março). O grupo “Alimentação e bebidas” desacelerou de 1,17%, em março, para 0,82%, em abril. Mas, em 12 meses, o IPCA geral subiu de 5,48% (até março) para 5,53% (até abril), e o item “Alimentação e bebidas” passou de 7,68% para 7,81%, no mesmo período.

Também o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC-IBGE), referência nas negociações de reajustes salariais, recuou de 0,51%, em março, para 0,48%, em abril. O grupo “Alimentação e bebidas” desacelerou de 1,08%, em março, para 0,76%, em abril. Mas, em 12 meses, o INPC geral subiu de 5,20% (até março) para 5,32% (até abril), com o item “Alimentação e bebidas” passando de 7,45% para 7,66%, no mesmo período.

O governo vem elevando as importações de produtos alimentícios essenciais, como forma de conter a inflação, bem como tenta refazer os estoques reguladores.

Mas o Banco Central, por sua vez, aumentou novamente a taxa de juros, indicando um ciclo de alta para os próximos meses. Sabendo-se que não é o aquecimento de demanda o problema da inflação brasileira, e sim os choques de ofertas causados pelas instabilidades do clima, entressafras, especulação no mercado de commodities e a grande demanda externa, entende-se que o Banco Central quer, na verdade, ao elevar os juros, atrair moeda estrangeira para refazer possíveis quebras de reservas pelo tarifaço do presidente norte-americano. E, claro, beneficiar os rentistas. O aumento da taxa Selic para 14,75% ao ano, a maior desde 2006, justificada pela “necessidade de inibir o consumo e os investimentos produtivos para frear a inflação”, segue jogando contra o objetivo do governo atual de promover crescimento produtivo e desenvolvimento no país.

O desempenho do Brasil no comércio internacional também tem relação com a alta de preços doméstica. O país exporta commodities (soja, milho, minério de ferro, etanol...) e alimentos em volumes cada vez maiores, anualmente. Isso faz com que o preço internacional dos gêneros alimentícios e a taxa de câmbio se tornem protagonistas na

composição dos preços. Como é crescente a demanda externa, o preço internacional sobe e pressiona os valores de comercialização internos. E a taxa de câmbio desvalorizada incentiva os produtores brasileiros a exportarem mais, o que causa, em algumas situações, redução da oferta interna.

A recomposição do sistema dos estoques reguladores, totalmente desmontado pelos governos de Michel Temer e Jair Bolsonaro, é fundamental para balizar os preços domésticos dos alimentos. O baixo volume estocado atualmente demonstra a grande dificuldade enfrentada pela Conab (Companhia Nacional de Abastecimento) para restabelecer o estoque nesse atual cenário de instabilidade climática e especulação com os preços dos gêneros alimentícios.

O país precisa fortalecer as políticas de ampliação da área plantada de diversos alimentos, não apenas de soja e milho, e aumentar o acesso e o apoio à agricultura familiar, que é a maior responsável pelo abastecimento interno, embora ocupe apenas 23% da área agricultável no país. Também é primordial implementar medidas que promovam a agricultura urbana; garantam que a redução dos impostos dos produtos da cesta básica chegue até o consumidor; incentivem a criação e ampliação de equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional, como mercados, feiras, sacolões e centrais de abastecimento, eliminando intermediários nas relações entre produtores e consumidores; garantam espaços de participação popular nos diferentes níveis institucionais, como nos Conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional.

Por fim, é parte fundamental do controle dos preços dos alimentos que se encare um dos maiores problemas estruturais do nosso país: a concentração fundiária. A realização da Reforma Agrária e da garantia dos direitos territoriais de populações que são também produtoras de alimentos saudáveis é condição fundamental para a manutenção estrutural de preços acessíveis para os alimentos saudáveis.

Tendências do mercado de trabalho brasileiro

O mercado de trabalho mantém ritmo constante de melhora, sem grandes variações neste início de 2025. A taxa de participação – proporção de pessoas de 14 anos ou mais de idade na força de trabalho – variou positivamente 0,2 pontos percentuais nos trimestres encerrados em janeiro e fevereiro deste ano, na comparação com o mesmo período de 2024. Essa variação chegou a 0,7 p.p. em outubro de 2024, mas diminuiu a intensidade.

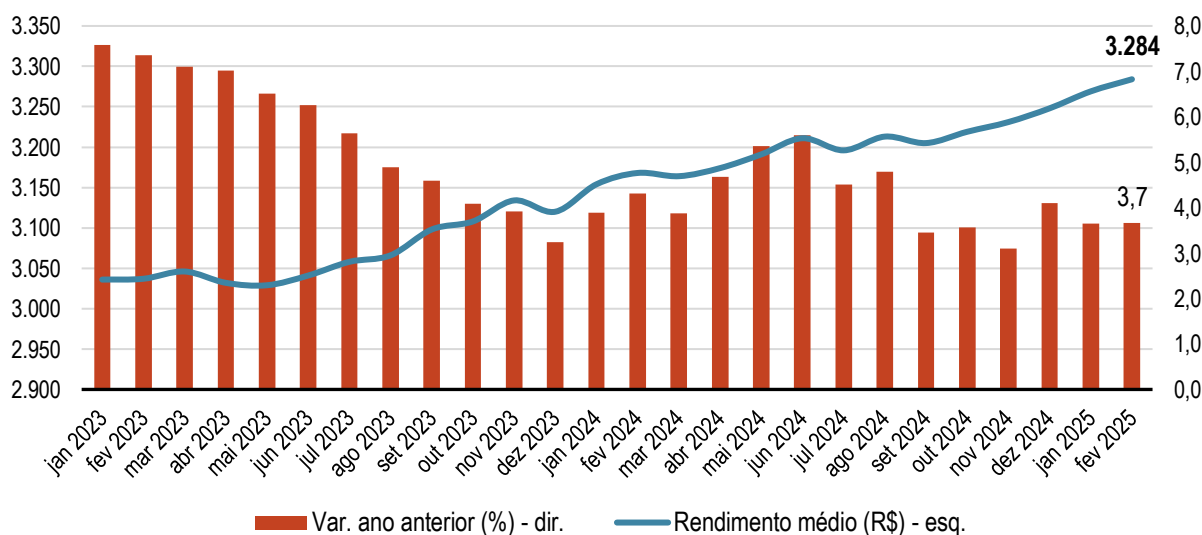
A participação das pessoas no mercado de trabalho havia diminuído ao longo de 2023, mas voltou a crescer em 2024 e tem se mantido, ainda que em menor intensidade, em 2025.

A taxa de desocupação (comumente referida como “taxa de desemprego”) encontra-se nos menores patamares da série, iniciada pelo IBGE, em 2012. Embora tenha aumentado – até mesmo por motivos sazonais - nos primeiros meses de 2025, manteve-se em patamar inferior ao observado no mesmo período de 2024. No trimestre encerrado em fevereiro, a taxa de desocupação foi de 6,8%, ou 1,0 ponto percentual menor que a observada no mesmo período do ano passado.

O rendimento médio habitual dos ocupados continua crescendo de forma consistente. Em fevereiro, chegou ao valor de R\$ 3.284, aumento de 3,7% em relação ao mesmo período do ano passado, já descontada a inflação.

Desde meados de 2023, o rendimento em termos reais tem crescido de forma quase linear. Porém, como observado na análise do Índice da Condição do Trabalho (ICT-DIEESE), a desigualdade dos rendimentos tem se mantido, fazendo com que os ganhos do trabalho estejam sendo distribuídos de forma assimétrica.

Gráfico 1 - Rendimento médio mensal real habitual (em R\$)

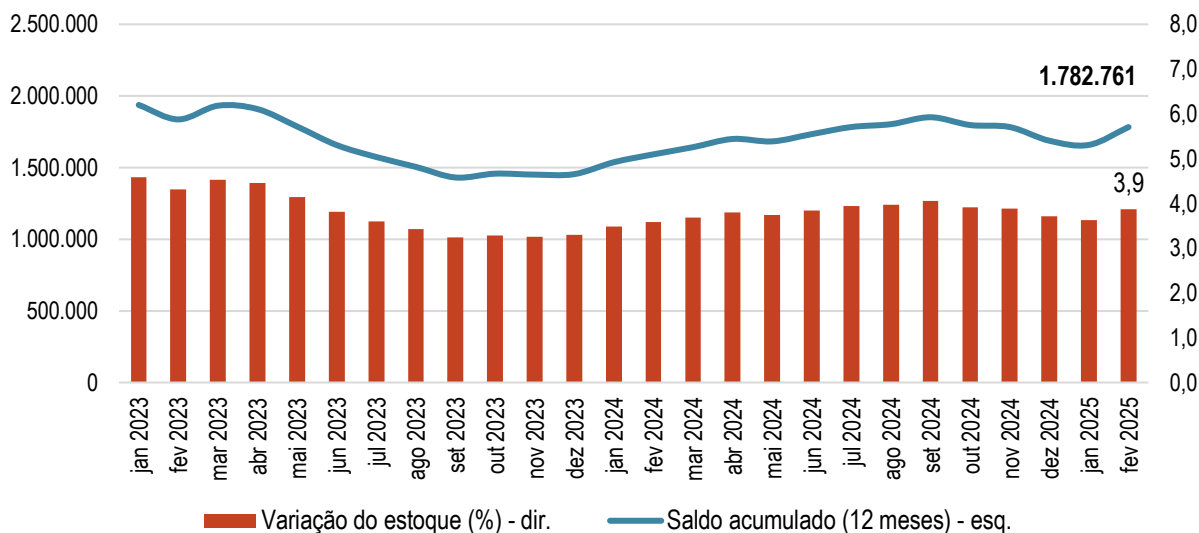


Fonte: IBGE, Pnad Contínua
Elaboração: DIEESE

A geração de empregos com carteira assinada (em 12 meses) ganhou novo fôlego em fevereiro deste ano, retomando tendência de crescimento verificada até setembro de 2024. O saldo acumulado foi de quase 1,8 milhão de novos postos de trabalho com carteira no

país. O estoque de empregos com carteira chegou a quase 47,8 milhões em fevereiro, aumento de 3,9% em relação ao mesmo mês de 2024.

Gráfico 2 - Saldo acumulado de empregos com carteira (12 meses) e variação do estoque (comparação com mesmo mês do ano anterior)



Fonte: IBGE. Pnad Contínua

Elaboração: DIEESE

Em resumo, o mercado de trabalho continua aquecido neste início de 2025, tanto pelo aumento da taxa de participação, quanto pela geração de empregos, ainda que esteja crescendo em ritmo mais lento que em 2024.

Negociações coletivas e greves

A análise preliminar das negociações coletivas de abril último sinaliza piora no quadro dos reajustes salariais, expressa na queda do percentual das categorias que conquistaram ganhos acima da variação do INPC – que caiu de 79,1%, observado em março, para 67,7% –, e aumento expressivo no percentual daquelas que não conseguiram a recomposição das perdas passadas – que saltou de 8,5%, também de março, para 20%. Foram analisados 130 reajustes salariais para a data-base, registrados no Mediador até 08 de maio.

Em que pese a piora dos indicadores acima, a variação real média dos reajustes de abril foi superior ao observado em março (0,89%, frente a 0,78% do mês anterior). Isso se deve ao fato de que as categorias que conquistaram reajustes acima da inflação em abril obtiveram ganhos reais maiores do que as em igual situação em março. Na média, as

categorias com reajustes acima do INPC em abril obtiveram ganhos reais de 1,45%; e as de março, ganhos reais de 1,05%.

As categorias com maior número de reajustes analisados em abril são também aquelas que representam os melhores resultados. São elas: comerciários, com aumentos reais em 93% dos casos; trabalhadores/as na construção e mobiliário, com ganhos reais em 86% das negociações; e empregados/as em serviços privados de saúde, com ganhos reais em 73% dos instrumentos analisados. Juntas, as três categorias compreendem 45% dos reajustes analisados de abril. Entre as regiões geográficas, os melhores desempenhos foram observados no Sudeste e Centro-Oeste, com ganhos reais em torno de 75% dos casos analisados, enquanto, no Norte, 2/3 das categorias tiveram perdas em relação ao INPC.

É muito possível que os resultados menos satisfatórios de abril sejam fruto do aumento da inflação. Nessa data-base, o valor do reajuste necessário foi de 5,20% (equivalente à variação dos preços medida pelo INPC nos 12 meses anteriores, até março), o maior desde março de 2023. Se for verdade, é possível esperar negociações mais difíceis em maio, mês para o qual o valor do reajuste necessário será de 5,32%. Porém, é preciso ressaltar que os dados de abril se referem a apenas cerca de 10% dos reajustes que costumam ser registrados nessa data-base. Nada impede que as negociações que ainda faltam ser concluídas obtenham resultados mais satisfatórios e melhorem o desempenho do mês.

Em relação às greves, as informações disponíveis até o momento nos permitem abordar apenas o mês de janeiro de 2025 - o que, na verdade, não é um bom ponto de partida nem para análises de maior abrangência nem para análises mais profundas. As greves deflagradas em janeiro, recorrentemente, têm configuração bastante particular. É o período em que predominam paralisações na esfera privada, exigindo basicamente a regularização do pagamento dos salários pendentes durante os meses anteriores (inclusive o pagamento do décimo terceiro). Outras categorias de trabalhadores e outras reivindicações não aparecem aqui com a importância que irão assumir nos meses seguintes.

Em janeiro de 2025, os trabalhadores da esfera privada paralisaram atividades em 51 ocasiões (82% das greves do mês) e em mais da metade delas (53%) denunciaram o atraso dos salários. Rodoviários do transporte público urbano e trabalhadores terceirizados que atuam majoritariamente em unidades prestadoras de serviços públicos (enfermagem,

preparo de refeições, limpeza, recepção e portaria) foram as categorias que mais se mobilizaram.

De outra forma, levando-se em conta a dinâmica dos protestos dos últimos anos, o que se pode dizer é que, em primeiro lugar, as greves tornaram-se o instrumento de defesa dos trabalhadores mais fragilizado. De trabalhadores que estão na base das faixas salariais, com salários iguais ou muito parecidos com os mínimos legais, que atuam em ambientes que frequentemente apresentam algum grau de insalubridade, sem material adequado, muitas vezes em jornadas extensas e exaustivas - e, por fim, muito sujeitos ao assédio moral praticado pelas chefias. Com baixa qualificação, são contratados por empreitada (na construção, exemplarmente) e, mesmo quando não é esse o caso, sofrem a insegurança dos desligamentos que as empresas promovem, como maneira de reduzir as despesas salariais tanto quanto possível e também como perseguição aos que, sem nenhum tipo de garantia ou estabilidade, envolvem-se em atividades sindicais ou mesmo em qualquer tipo de contestação.

Por fim, como os últimos balanços de greve têm destacado, nas conclusões, o orçamento de Estado, em todos os níveis da administração pública, tem sido o objeto da maioria das greves deflagradas - tanto entre os servidores públicos, trabalhadores diretamente contratados pelo Estado, quanto entre trabalhadores da esfera privada, contratados indiretos e que, em um primeiro olhar, pareceriam mesmo distantes desse conflito. No entanto, empregados em concessionárias privadas que desempenham serviços de caráter público (transporte coletivo, limpeza urbana e coleta de resíduos) assim como trabalhadores contratados por instituições privadas que, dentro de unidades escolares e de saúde, encarregam-se pelo desempenho de parte da atividade - os terceirizados - todos eles, na medida em que lutam pelo pagamento em dia dos salários ou pela reposição anual da inflação, também disputam o orçamento. Em suma, as greves têm se localizado com mais intensidade na base da pirâmide dos salários e as disputas têm girado em torno dos orçamentos públicos.

Agenda dos Trabalhadores 2025: diretrizes para mobilização e desenvolvimento

A Pauta da Classe Trabalhadora para 2025, apresentada na Plenária Nacional em Brasília em 29 de abril de 2025, marca um momento importante para o movimento sindical.

Desenvolvida de forma unitária pelas centrais sindicais, essa agenda deve orientar mobilizações, negociações e atuações institucionais em diferentes níveis.

Essa pauta é uma atualização do documento lançado em abril de 2022, que estabeleceu 63 diretrizes para o desenvolvimento do Brasil, considerando os desafios do mundo do trabalho. O governo federal já encaminhou diversas propostas dessa agenda, incluindo a valorização do salário mínimo, a igualdade salarial, a ampliação do Bolsa Família e o combate à fome e à pobreza. Embora insuficientes, também houve avanços na reforma tributária, na recuperação da participação sindical e na proposta de regulação do trabalho em plataformas digitais, além de medidas para reduzir o endividamento das famílias, facilitar o crédito às pequenas empresas e fortalecer a industrialização.

A pauta sindical, para 2025, prioriza a redução da jornada de trabalho sem perda salarial, o fim da escala 6x1 e o fortalecimento das negociações coletivas. Além disso, propõe expansão de políticas para geração de empregos dignos, combate à precarização e garantia de proteção aos trabalhadores de plataformas digitais.

Outros aspectos abordam a melhoria da saúde e segurança no trabalho, a expansão do acesso à educação, moradia e saneamento, o enfrentamento da desigualdade no mercado de trabalho e o incentivo à industrialização. Além disso, propõem medidas para reduzir o custo de vida, fortalecer a agricultura familiar, estabelecer uma tributação mais justa sobre grandes fortunas e promover um desenvolvimento sustentável baseado em uma política de transição justa diante das emergências climáticas. Também defendem regulação mais ampla do setor bancário e o estímulo ao empreendedorismo solidário.

Essas diretrizes têm orientado as ações da classe trabalhadora, nas diferentes frentes de atuação, no espaço da negociação coletiva; nos fóruns, grupos de trabalho e conselhos tripartites e na organização dos trabalhadores para garantir direitos e avanços sociais.



Escritório Nacional: Rua Aurora, 957 – 1º andar
CEP 05001-900 São Paulo, SP
Telefone (11) 3874-5366 / fax (11) 3874-5394
E-mail: en@dieese.org.br
www.dieese.org.br

Presidente – José Gonzaga da Cruz
Sindicato dos Comerciantes de São Paulo – SP
Vice-presidente – Maria Aparecida Faria
Sindicato dos Trabalhadores Públicos da Saúde no Estado de São Paulo – SP
Secretário Nacional – Paulo Roberto dos Santos Pissinini Junior
Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas de Máquinas Mecânicas de Material Elétrico de Veículos e Peças Automotivas da Grande Curitiba - PR
Diretor Executivo – Alex Sandro Ferreira da Silva
Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de Osasco e Região – SP
Diretora Executiva – Cecília Margarida Bernardi
Sindicato dos Empregados em Empresas de Assessoramentos Perícias Informações Pesquisas e de Fundações Estaduais do Rio Grande do Sul - RS
Diretor Executivo – Claudionor Vieira do Nascimento
Sindicato dos Metalúrgicos do ABC – SP
Diretor Executivo – Ednilson Rossato
CNTM – Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos
Diretora Executiva – Elna Maria de Barros Melo
Sindicato dos Servidores Públicos Federais do Estado de Pernambuco - PE
Diretor Executivo – Gabriel Cesar Anselmo Soares
Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de São Paulo – SP
Diretor Executivo – José Carlos Santos Oliveira
Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Materiais Elétricos de Guarulhos Arujá Mairiporã e Santa Isabel - SP
Diretora Executiva – Marta Soares dos Santos
Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de São Paulo Osasco e Região - SP
Diretor Executivo – Paulo de Tarso Guedes de Brito Costa
Sindicato dos Eletricistas da Bahia - BA
Diretora Executiva – Zenaide Honório
Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo – SP

Direção Técnica

Adriana Marcolino – Diretora Técnica
Patrícia Pelatieri – Diretora Adjunta
Victor Gnecco Pagani – Diretor Adjunto
Eliaana Elias – Diretora da Escola DIEESE de Ciências do Trabalho

Equipe Responsável

José Álvaro Cardoso
Thomaz Ferreira Jensen
Cristina Pereira Vieceli
Patrícia Costa
Leandro Horie
Luís Ribeiro
Rodrigo Linhares
Mariel Angeli Lopes
César Andaku
Gustavo Monteiro
Patrícia Pelatieri (revisão técnica)
Carlimdo Rodrigues (revisão técnica)